



Algumas ideias para formas alternativas de gestão da conservação do patrimônio cultural

Some ideas for alternative ways of conservation management process of cultural heritage

*Catherine J. S. Gallois¹, PPGAU-UFF, IPHAN-RJ,
cgallois@id.uff.br*

¹ Arquiteta e Urbanista (FAU-USP, 2001); Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ, 2004); Doutoranda do PPGAU-UFF; arquiteta do IPHAN-RJ

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão sobre os desafios e estratégias de planejamento e gestão da conservação do patrimônio urbano, em diálogo com perspectivas críticas de estudos relativos aos impactos dos megaeventos em cidades globalizadas. Grandes projetos urbanos e flexibilizações do planejamento têm resultado em grandes *impactos patrimoniais*, associados à supressão de espaços públicos e estruturas arquitetônicas de grande valor simbólico, como se pode observar no caso da descaracterização do estádio do Maracanã. Embora este caso já tenha sido tratado por autores da área de planejamento urbano e da história da arquitetura moderna, julgamos oportuno retomar o caso desde o campo da conservação, com o objetivo de se pensar em novas perspectivas para o planejamento e a gestão da conservação do patrimônio cultural urbano. São propostas ações que busquem fazer um balanço entre produção de conhecimento técnico/científico e transparência do processo decisório no interior do processo de gestão. O campo de conhecimento da conservação da arquitetura pode ser amplamente expandido, difundido e integrado numa agenda permanente das políticas dos órgãos de preservação e de pesquisa acadêmica. Mas não só. Desenvolvemos a ideia de que o campo da conservação constitui-se num aspecto crucial do planejamento urbano desde que sejam respeitados e revigorados os mecanismos legais e institucionais já existentes de proteção do patrimônio cultural; que saberes técnicos sejam compartilhados e traduzidos ao público não especializado; que o projeto de intervenção seja um instrumento de transparência pública e que se reconheçam espaços para a participação social dentro do processo decisório.

Palavras Chave: patrimônio cultural; planejamento; gestão; conservação; participação social.

ABSTRACT

The present work aims to propose a reflection on the challenges and strategies of management of urban heritage, in dialogue with the critical perspective adopted by studies related to the impacts of megaevents in globalized cities. Large urban projects added to flexibilization and privatization in the domain of city planning have resulted in major impacts on cultural heritage, associated with the suppression of public spaces and architectural structures of great symbolic value, as can be observed in the case of Maracanã stadium's defacement. Although this case has already been dealt with by urban planning researchers, we consider it is appropriate to take up the case from architectural conservation, in order to think about new perspectives for the planning and management of conservation of the urban cultural heritage. Actions are proposed that seek to make a balance between production of technical / scientific knowledge and transparency of the decision making process within the conservation management process. The field of knowledge of architectural conservation can be broadly expanded, disseminated and integrated into a permanent policy agenda of the preservation and academic research bodies. But not only. The field of knowledge of architectural conservation can be broadly expanded, disseminated and integrated into a permanent policy agenda of the preservation and academic research bodies. But not only. We develop the idea that conservation is a crucial aspect of urban planning as long as existing legal and institutional mechanisms for protecting cultural heritage are respected, reinvigorated; that technical knowledge are shared and translated to the non-specialized public; that the intervention projects be conceived also as public transparency instruments of and that spaces for social participation are recognized within the decision-making process.

Keywords: cultural heritage; planning; management; conservation; social participation

INTRODUÇÃO: O DEBATE SOBRE AS TEORIAS ORTODOXAS E HETERODOXAS DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O debate sobre as teorias *ortodoxas* e *heterodoxas* da conservação (Wells, 2015) podem contribuir à análise dos desafios contemporâneos da conservação do patrimônio construído no Brasil, através do reconhecimento, no campo do planejamento e da gestão, da dicotomia existente entre as abordagens epistemológicas das teorias ortodoxas e heterodoxas da conservação².

No campo acadêmico da pesquisa sobre a conservação do patrimônio no Brasil, critica-se com frequência as dificuldades de aplicação dos preceitos e premissas das cartas patrimoniais e outros documentos oficiais dos quais o Brasil é signatário, como as Convenções da UNESCO, por exemplo. A legislação básica da preservação do patrimônio nacional brasileiro (Decreto Lei Nº 25/1937) e as práticas de conservação estão fundamentadas em uma matriz teórica de origem européia, cujas mesmas premissas podem ser encontradas nas iniciativas pioneiras da conservação do patrimônio do renascimento do *quattrocento* italiano (Choay, 2001). Longe de contestar a importância da trajetória da conservação do patrimônio no Brasil que salvou da destruição inúmeros *monumentos* em sua *fase heróica* (Fonseca, 2005), há que se reconhecer que hoje, frente às intensas mudanças sociais e urbanas nas cidades globalizadas, nos deparamos com enormes desafios técnicos, sociais, culturais, políticos e econômicos no campo da conservação do patrimônio.

Por trás de tais desafios estão, de um lado, interpretações em debate relativas ao questionamento de teorias ortodoxas da conservação, essencialmente focadas na *natureza verdadeira* dos objetos da conservação, isto é, focadas unicamente em sua *autenticidade* material³ (Muñoz-Viñas, 2005). De outro, as dificuldades de se compreender, desde o campo acadêmico da conservação da arquitetura, que grandes conflitos ideológicos subjazem as relações entre atores nos processos de tomadas de decisão relativos à gestão e à conservação do patrimônio no Brasil. Concordamos com vários autores que questionam, e mesmo em países que formaram uma longa tradição teórica e prática, que a conservação deve interrogar a si própria, sob o risco de permanecer encastelada no campo acadêmico ou escondida atrás dos “escudos burocráticos” e normativos das superintendências dos órgãos de preservação (Doglioni, 2008)⁴. Portanto, a discussão sobre os sentidos da conservação do patrimônio frente aos desafios impostos por um planejamento urbano neoliberal deve partir de abordagens multidisciplinares, sob pena, ao nosso ver, de não se colocar em prática uma forma alternativa de gerir o patrimônio.

O projeto de intervenção no patrimônio imóvel, pertence, na realidade, a um âmbito muito maior e que diz respeito a um campo que, na prática, extrapola o documento-projeto. Tecnicamente falando, um *projeto de conservação*, no nosso entender, consiste numa documentação sistematizada do conhecimento multidisciplinar acumulado e produzido sobre um bem cultural. Tem por objetivo informar as ações mínimas necessárias e orientar a execução em obras de intervenção, de modo que o bem cultural conserve aqueles valores que lhe foram atribuídos. Consiste na tradução destes valores em características espaciais, estruturais, materiais e estéticas que se pretende salvaguardar, ao mesmo tempo que desenha adequações para um uso seguro (e/

² Tomamos aqui *conservação* como um âmbito maior dentro do qual se inserem *restauração* e *preservação* (MUÑOZ-VIÑAS, 2005, p.25).

³ O debate sobre a *autenticidade* está muito bem colocado em Muñoz-Viñas, 2005.

⁴ Para Doglioni (2008), não há somente *uma* definição ou *uma ideia de restauração*. Então existem várias *ideias de restauração*, sempre ligadas aos diferentes contextos culturais. Portanto, não existe *restauração em si*.

ou novo). Idealmente, deveria prever sempre o projeto de uma conservação continuada após as obras, que tratamos aqui como *monitoramento* do estado de conservação⁵.

Correntemente os projetos de conservação buscam se justificar nas teorias da conservação amplamente difundidas e institucionalizadas pelos governos (aquelas caracterizadas como ortodoxas e que os especialistas da conservação são obrigados a colocar em prática, conforme Wells, 2015). Entretanto, cremos que muito do que constitui o projeto de conservação, tomando-se conservação em seu sentido amplo e com todos os tipos e matizes de intervenção, se realiza de fato no âmbito e nos fluxos das tomadas de decisão. Em outras palavras, o projeto de conservação enquanto *construção de conhecimento* sobre um bem cultural é produzido por todos os atores envolvidos, incluindo-se não só os profissionais projetistas do setor privado, os agentes públicos, como também os gestores e usuários dos edifícios tombados, que podem, muitas vezes, divergir e/ou não se apropriar dos pressupostos iniciais do projeto, ou compreendê-los de forma totalmente diferente.

Para alargar a discussão relativa à conservação do patrimônio, faz-se necessário buscar caminhos alternativos para melhor compreender as múltiplas interpretações das relações observáveis entre os pressupostos teóricos da conservação, os métodos enunciados e aqueles efetivamente se vêem concretizados nas diferentes maneiras de se conservar o patrimônio. Sem se esquecer das consequências de perspectivas unicamente centradas no objeto patrimonializado tendo como consequências intervenções que se restringem somente ao saber especializado e sem debate público, a exemplo de várias revitalizações de áreas centrais associadas à gentrificação⁶.

Assim, reflexões e estudos sobre as diferenças entre as teorias ortodoxas e heterodoxas da conservação, trabalhadas por autores como Muñoz Viñas (2005), Wells (2015) e Carsalade (2014), podem nos auxiliar a aprofundar os parâmetros de análise. Assim, cabe desenvolver a pergunta: como as premissas e os métodos das teorias e premissas presentes na gestão do patrimônio material (conservação) e imaterial são reapropriados e reinventados pelos diferentes atores envolvidos? Ou, no caso extremo do Maracanã, como os discursos do patrimônio associados ao patrimônio *imaterial* foram apropriados de forma a se justificar uma intervenção completamente descaracterizadora? Há que se reconhecer o conflito das diferentes ideias que estão em jogo de conservação do patrimônio (seja ele material/imaterial). Para tanto, o trabalho de autores que incorporaram a dimensão do conflito no planejamento urbano (Holston, 1998; Miraftab, 2004, 2009; Vainer et alii, 2013) pode revigorar uma necessária reflexão no campo do patrimônio. É bem provável que desde esta nova ótica se possa ao menos entrever a percepção de algo ainda muito difícil de ser realizado segundo Wells (2015): fazer conversar e conectar duas coisas: conservação e participação social no processo decisório. O que poderíamos chamar, então, de *conservação social* do patrimônio.

PATRIMÔNIO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

A globalização⁷ é um fenômeno econômico, social, político e cultural complexo, que deveria ser visto, sempre, de forma crítica, pois é uma noção construída e na disputa por diversos sentidos

⁵ Porém, o *monitoramento do estado de conservação* não é, ainda, uma diretriz de gestão da conservação institucionalizada através de norma ou portaria específica para bens imóveis.

⁶ Ver Ibáñez de Garayo (2015).

⁷ “O discurso da ‘globalização’ tem dois sentidos. Um descritivo ou simbólico, referido à suposta unificação do mundo. Outro, prescritivo ou normativo, representado pelas políticas neoliberais muito concretas, implementadas por agentes e instituições gestoras do capitalismo dominante”. Fonte: Peña Castro, S/d.

(Chomsky, 2002). Em nome dela, se exportam e importam modelos de planejamento e de gestão, bem como formas de pensar e fazer arquitetura, cidades e conservar patrimônio, elevando algumas cidades ao *status* de verdadeiras marcas, conforme irão mostrar vários autores que estudam fenômenos *city-marketing* associados ao planejamento urbano (Sánchez, 2001).

O processo de urbanização brasileira tem se inspirado de modelos em que as políticas são orientadas “para e pelo mercado”, em detrimento da participação e democracia urbana e popular (Bienenstein et al. 2015). É nesse cenário que ganha sentido a expressão “cidade de exceção”⁸, usada por Vainer et al. (2013) e por vários outros autores que analisam megaeventos e grandes projetos urbanos no Brasil e em outros países⁹. É num contexto de planejamento urbano corporativo que vêm sendo aplicados, desde o final do século XX, modelos de gestão urbana altamente autoritários e centralizadores. A ideologia e sentidos destes modelos têm efeitos bem concretos na apropriação social do espaço urbano e têm sido estudados por diversos autores. Conscientes desta conjuntura, propomos que uma reflexão sobre os modos como tem sido orientada a gestão do patrimônio cultural não pode carecer de uma avaliação dos desafios técnicos, políticos e operacionais¹⁰ que os órgãos de preservação têm que enfrentar sistematicamente.

O “estado de exceção” no âmbito do planejamento urbano se manifesta, por exemplo, na judicialização das questões levantadas pela resistência popular, como é bem mostrado no caso da Vila Autódromo (Vainer et al, 2013). Ao tratar das Olimpíadas de Atenas, Stavrides (2014) nos mostra que existe um “mito de renovação da cidade olímpica através de uma campanha de ‘patriotismo cidadão’” que permeia o discurso do planejamento urbano naquela cidade. É nesta linha interpretativa, Oliveira et al (2015) analisaram os impactos sociais e urbanos da “reforma” destrutiva do Estádio do Maracanã, bem integrante do Patrimônio Cultural do Brasil. Este conjunto de autores mostram, portanto, como se conformam discursos e mecanismos que estão na base dos processos de legitimação da flexibilização dos procedimentos de licenciamento e de contratação, por parte de um poder público que não representa mais os interesses da maioria da população. É neste campo de batalha que hoje se encontram os órgãos de preservação do patrimônio, não só quando se trata de avaliar a intervenção em bens culturais inseridos em áreas de influência de grandes projetos, como, também, de avaliar o impacto de projetos imobiliários em áreas de proteção de entorno de bens tombados ou de proteção de paisagens. Como exemplo, a escândalos recentes envolvendo o Edifício “La Vue” em Salvador e outros projetos imobiliários que impactam na área do Cais Estelita em Recife, ambos envolvendo importante mobilização social¹¹.

⁸ Baseada na expressão “estado de exceção” cunhada por Agambem (2004), segundo Bienenstein et al (2015,p.7).

⁹ “Estado de Exceção Urbano”: ver Stavrides (2014), no caso da Grécia.

¹⁰ Vide Scifoni (2015) que trata do *passivo patrimonial* e da *natureza desigual do patrimônio no Brasil* sem deixar de mencionar as difíceis condições de trabalho das equipes técnicas dos órgãos de patrimônio.

¹¹ Vide Medeiros (2016) e Lins (2016).

A “REFORMA” DO ESTÁDIO DO MARACANÃ: IMPACTOS PATRIMONIAIS, ESPAÇOS SOCIAIS: QUESTÕES PARA UMA OUTRA GESTÃO DA CONSERVAÇÃO



Figura 1 - Vista aérea do complexo do Maracanã nos anos 1970. Fonte: Girão, 2012/ Arquivo Central do IPHAN (Coleção 3 ERA, proc. 1094-T-83).

As remoções de população estão dentre os maiores impactos dos grandes projetos de reestruturação urbana com vistas aos mega-eventos. Isto se verifica tanto no Rio de Janeiro (Vainer et al, 2013), quanto em outras capitais de países do chamado *Sul Global* que também sediaram grandes eventos, como bem retrata Miraftab (2009) ao analisar as violentas remoções de população feitas na África do Sul, por ocasião da preparação da Cidade do Cabo para sediar a Copa do Mundo de 2010.

Desde o final do século XX, nas diversas escalas, seja do planejamento urbano, do desenho urbano e da arquitetura, tendem a predominar a importação e a reprodução de modelos de pensamento e de visões de mundo orientadas à reprodução do capital. Isto se verifica tanto no modo de conceber projetos arquitetônicos de grandes obras icônicas de “forma difícil” como se fossem “marcas” (Arantes, 2010), quanto no modo de imaginar cidades e moldar percepções. Não menos importante, tendo em vista o importante lugar simbólico que ocupa o estádio do Maracanã no imaginário brasileiro, é o caso da violência simbólica (e material, vendo pelo lado da conservação) que se impôs na opção por uma “reforma” que levou à sua descaracterização e transfiguração/elitização do estádio. O fato é que, ao serem permitidas as “reformas” do Maracanã em nome da Copa do Mundo, acabou-se por contrariar diretamente os preceitos da conservação do patrimônio, o que teve como consequência ajuizamento de ação popular e ação civil pública contra o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro) e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a demolição e mutilação de bem tombado, violando o Decreto-Lei Nº 25/1937 em seu artigo 17º (Girão, 2012).

O Maracanã teve sua construção iniciada em 1948, tendo sido inaugurado em 1950. O complexo poliesportivo do qual faz parte somente foi completado em 1965 (Comas, 2011; Rodrigues, 2014). O início da instrução do processo de tombamento pelo IPHAN (Processo 1094-T-83) se deu nos anos 80 do século XX, tendo sido paralisado naquela década e em seguida retomado no final dos anos 90, nestas circunstâncias:

Em 1997, o processo foi retomado (...) diante de situação de potencial risco de descaracterização e mesmo de perda do Maracanã. Exigia-se uma abordagem sumária do estudo do estádio, ainda assim com definição da área de entorno necessária à proteção de sua ambiência e visibilidade, de modo a embasar a rápida notificação de tombamento provisório (Girão, 2012).

O tombamento definitivo se deu em 2000. Porém, poucos anos depois, o estádio passou por obras com vistas aos Jogos Pan-americanos de 2007 (Girão, 2012, Comas, 2011). E os projetos que se iniciaram em 2009 tiveram como justificativa a necessidade de se adaptar às "rigorosas" exigências da FIFA para a Copa do Mundo (Comas, 2011; Girão, 2012; Martins, 2013; Rodrigues, 2014; Oliveira et al, 2015). Uma interpretação questionável do processo de tombamento do estádio isentou estes projetos de se adaptarem às exigências e sentidos do instituto jurídico do tombamento (Girão, 2012), como veremos adiante. Os impactos da reestruturação para a Copa do Mundo previam, além da "reforma" do próprio estádio, diversas demolições e remoções de edificações integrantes do complexo poliesportivo do qual faz parte O Maracanã. Estes impactos no entorno puderam ser minimizados graças às lutas dos movimentos sociais organizados (como o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas) e da ampla mobilização de usuários e atletas. Havia clara consciência do tombamento e dos custos envolvidos:

Eduardo Paes assumiu a prefeitura do Rio em janeiro de 2009. O projeto apresentado em 25 de março era essencialmente o projeto de Castro Mello. Ninguém se preocupava com o tombamento dos equipamentos a demolir, que se supunha **flexível**. O repúdio da proposta de demolição e reconstrução dos equipamentos esportivos foi generalizado, salientando o seu desperdício insensato (Comas, 2011, p.42, *grifo nosso*).

Conseguiu-se evitar demolições do parque aquático e do estádio de atletismo, bem como da escola municipal Friedenreich e do antigo Museu do Índio. O que não se conseguiu impedir foi a remoção de parte da favela Metrô-Mangueira e a expulsão dos índios que ocupavam o edifício do antigo Museu do Índio. Quanto ao estádio do Maracanã, o que infelizmente não se chegou a refrear foi sua descaracterização, *dessignificação* e *desconstrução* (Rodrigues, 2014) bem como a elitização do público que viria a frequentá-lo, fato materializado inicialmente com a remoção da "geral"¹² em 2007 (Girão, 2012; Comas, 2011) e uma série de outros aspectos dos projetos que descaracterizaram a arquitetura e a essência do antigo Maracanã, passando este a ser associado a lugares de consumo, shopping, áreas "VIP" (Comas, 2011; Rodrigues, 2014; Oliveira et al, 2015; Girão, 2012).

Rodrigues (2014) analisa também como os impactos do autoritarismo com que foram empreendidas as obras no Maracanã se relacionam com as expectativas de lucros financeiros. Não é, entretanto, nosso objetivo tratar destes aspectos. Porém, observamos que o fenômeno *fast-track*¹³ associado à gestão dos projetos e execução de obras tem também consequências diretas na gestão da conservação do patrimônio.

As interfaces analisadas por um dos artigos que trata da "reforma" do estádio do Maracanã no contexto da "cidade de exceção" (Oliveira et al., 2015), são: (1) decisões governamentais X resistências da sociedade; (2) as exceções e as inovações institucionais empreendidas pelo poder público; (3) disputas em torno dos sentidos e da apropriação social do novo Maracanã; (4) descaracterização do estádio X disputa em torno do tombamento do IPHAN; (5) processos de

¹² A "geral" era o espaço aonde se acomodavam, em pé, 30 mil espectadores que compravam ingressos a preços módicos.

¹³ Este fenômeno relaciona-se à produção da arquitetura na era digital financeira (Arantes, 2010, p. 156) e o fenômeno *fast-track* está fortemente associado a uma série de aspectos perversos no âmbito no canteiro de obras.

transformação do uso do solo e valorização fundiária; (6) impactos socioambientais; (7) formas de financiamento e gestão do estádio.

Propomos aqui a dialogar com as quatro primeiras interfaces, pois estas, em nossa opinião, têm relação estreita com as diferentes formas de se pensar o patrimônio cultural “construído” e gerir a sua conservação: elas apontam para questões de caráter normativo que deveriam ser levadas em conta na gestão do patrimônio. No que diz respeito à interface relativa às decisões governamentais e resistências, é forçoso concluir que o caso do Maracanã torna incontestável o fato de que a gestão da conservação não pode mais permanecer encastelada e deveria ouvir o que a sociedade civil e os grupos diretamente envolvidos têm a dizer sobre as potenciais decisões que afetam o *seus* patrimônios. Mecanismos de efetiva participação da população atingida e interessada no seu patrimônio deveriam ser idealizados, ainda que isto se dê inicialmente somente num plano *formal* ou *convidado* (Miraftab, 2004), como no caso de audiências públicas Segundo Wells (2015), esta é uma fronteira de pesquisa pouco explorada no campo do patrimônio, que ele sinaliza como um terreno complexo e instigante para se pensar na concretização de processos de participação mais efetivos nos processos decisórios que afetam a conservação de patrimônios culturais. Trata-se de pensar em como incorporar a participação na gestão. Seriam as audiências públicas uma arena eficiente? O caso do Maracanã nos faz pensar não só na necessária transparência dos ritos processuais, como, também, na necessária tradução de informação técnica ao público não especializado. Tradução esta que, somada a uma *gestão da informação* na conservação (Lettelier, 2007), poderia empoderar os movimentos sociais envolvidos em suas reivindicações pela conservação do patrimônio.

Com relação à interface das inovações e exceções (2), o caso estudado também deixa claro um contexto de flexibilização institucional no âmbito dos processos decisórios no planejamento dentro do qual o IPHAN poderia ser considerado apenas como um dos atores envolvidos, se levarmos em consideração a vultosa extensão geográfica, política e econômica do planejamento com vistas aos megaeventos no país. Observamos que o fenômeno “fast-track” que se insere no campo das “inovações institucionais” e no contexto da “cidade de exceção”, está presente tanto no universo da produção arquitetônica das obras icônicas estudadas por Arantes (2010) quanto no *modus operandi* das estruturas públicas administrativas (Bienenstein, 2015). São processos nos quais, com objetivo de se acelerar o processo produtivo, superpõem-se etapas de desenvolvimento de projetos, análises e aprovações, licenciamento e a execução de obras, tornando ainda mais difícil a transparência e debates técnicos.

De acordo com a Portaria IPHAN N° 420/2010, a qual entrou em vigor em dezembro de 2010 para o licenciamento de intervenções no patrimônio construído, as obras somente podem ser iniciadas após avaliação e aprovação dos projetos executivos, conforme seu Art. 7º. Além disto, as obras de intervenção em bens isolados se enquadram na categoria *Restauração* (Art. 5º), o que impõe apresentação prévia de *Diagnóstico do Estado de Conservação*; conforme Art. 6º. Fica claro, então, como o instrumento atualmente vigente, a portaria supracitada, estabelece regras claras no que diz respeito ao licenciamento da intervenção no patrimônio construído. Supõe-se que um diagnóstico pormenorizado do estado de deterioração das estruturas, revestimentos e todos os demais componentes arquitetônicos e construtivos seja necessariamente a base para justificar e dimensionar qualquer intervenção no patrimônio *tombado*. O diagnóstico do estado de conservação, devidamente documentado¹⁴, é uma das etapas de projeto e ferramenta pouco usada para o monitoramento de danos e alterações em bens culturais, além de ser um dado fundamental para manutenção e *conservação preventivas*.

¹⁴ Vide Gallois, 2014.

Na contramão das premissas da Portaria IPHAN Nº 420/2010, se encontra o RDC (Regime Diferenciado de Contratações Públicas), que permite que as obras civis de determinados projetos de interesse para a administração pública sejam licitadas sem o desenvolvimento dos projetos executivos em sua integralidade. É importante registrar as consequências nada benéficas à transparência e ao erário públicos, oriundas de medidas como o RDC. O CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, já se posicionou publicamente contra o RDC¹⁵, e divulgou publicamente as vantagens da contratação de projetos executivos completos de arquitetura, dentre as quais destacamos: menor custo e maior controle da execução das obras. Estes aspectos são relevantes na gestão da conservação, tendo em vista que o projeto de intervenção também é um documento público e crucial na transparência do processo decisório do licenciamento.

Observamos que os discursos da conservação e as ordens de justificação de grandes projetos acabam se chocando, sobretudo quando estes envolvem bens tombados pelo patrimônio nacional, como foi o caso do Estádio do Maracanã. Com relação à interface (3), referente à apropriação social do novo Maracanã, é notório que este estádio foi por muito tempo, e bem antes de ser tombado, um reconhecido patrimônio popular. Sua espacialidade corporificava a escolha por um uso democrático e apropriação popular em larga escala. A história de sua construção foi longa, desde a idealização e concepção dos primeiros projetos, sendo que sua destinação ao grande público foi a premissa principal do projeto executado (Comas, 2011). As obras de readequação justificadas pelos grandes eventos tiveram portanto impactos enormes nos aspectos sociais e materiais da apropriação do estádio enquanto bem cultural, como bem analisa Rodrigues ao observar como as intervenções desconsideraram

(...) a produção de prejuízos naquele patrimônio e no espaço social circunscrito ao seu redor. Sejam pela subtração de elementos que constituíram o Maracanã como tal, ou pelas ameaças aos equipamentos esportivos como o Estádio de Atletismo Célio de Barros e Parque Aquático Julio Delamare, da Escola Municipal Friedenreich(...) O que reforça a impressão de que, enquanto o estádio era modernizado, encolhido e higienizado operava-se a demolição dos traços referenciais, fundantes e fundamentais. E, nos assegura afirmar que na desconstrução de um dos mais populares patrimônios do Brasil muitas armas foram utilizadas com a finalidade de suprimir significados (...) Neste caso a construção não é somente uma obra da engenharia e da arquitetura, aonde materiais combinados e dispostos assumem forma. Acrescenta o relacionamento de pessoas com pessoas em diferentes estágios e destes com o lugar (...) (Rodrigues, 2014, pp.5-9).

O caso do Maracanã, tal como abordado pelos diversos autores, deixa claro que a materialidade da arquitetura do bem cultural "Estádio do Maracanã" e o espaço social que ele demarca, estão intimamente ligados. Desta forma, podemos dizer que conservar a matéria é também conservar seu lugar no *espaço social*¹⁶: aí residiriam também seus aspectos "imateriais" enquanto patrimônio. Desta forma, é relevante discutir a interface (4), relativa à descaracterização e as interpretações em torno do sentido do tombamento. Tratou-se naquela análise (Oliveira et al, 2015) de pensar sobre como se deu a construção de discursos relativos aos valores "materiais" e "imateriais" por ocasião da aprovação dos projetos no Maracanã. Os impactos nas preexistências do Maracanã enquanto patrimônio cultural material apropriado coletivamente estão portanto, dentre os mais concretos. Concordamos então com Girão (2012) que caracteriza como "falácia argumentativa" a justificação das demolições no Maracanã com vistas à copa do Mundo, tendo

¹⁵ Vide <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/infografico_blue.jpg> Acesso em 10/10/2015.

¹⁶ No sentido atribuído por Bourdieu apud Novais (2014).

como base o seu valor cultural “imaterial”. Ao ser tombado, o Edifício foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN em 2000, por seu valor etnográfico. Porém, isto em nenhum momento significou, para quem instruiu o processo de tombamento e em seguida o aprovou, a possibilidade de *desmaterializar* o bem cultural. Ademais, o Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho, do Conselho Consultivo do IPHAN ressalta que:

O Urbanismo e a Arquitetura (sobretudo as obras de uso coletivo) têm uma dimensão simbólica, que ultrapassa os limites dos aspectos utilitários. Mas poucas vezes a monumentalidade reúne qualidades simbólicas de caráter democrático. Em geral, as obras monumentais são afirmações de poder sobre o povo. Neste caso, ocorre o contrário. O Maracanã tem a monumentalidade da massa que o utiliza, à qual representa. Não deve ser descaracterizado. (Girão,2012) ¹⁷.

A citada derrapada argumentativa também foi bastante discutida pelos Conselheiros Ulpiano Bezerra de Menezes e Maria Cecília Londres, como se pode depreender de suas falas na Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN (30.08.2011) ¹⁸ que visou discutir a possibilidade de destombamento do estádio. Os conselheiros esclarecem de forma contundente, também, as diferenças e relações entre patrimônio *material* e *imaterial*¹⁹ de forma que, num caso de um bem cultural material tombado (Decreto-Lei 25/1937) mesmo que seus valores residam em aspectos simbólicos, etnográficos não significa que seja permitida sua desmaterialização, muito pelo contrário.

Obviamente, a discussão existente na academia com relação às questões da conservação da arquitetura moderna não foi incorporada pelas decisões que propuseram a descaracterização ou a *desconstrução* do Maracanã. Por ocasião da já citada Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN que teve como foco a polêmica aprovação da “reforma” do Maracanã, destaca-se a pergunta, extremamente pertinente, do Conselheiro do IPHAN, Sr. Eugênio Ávila, sobre qual era o sentido de se descaracterizar um Bem Tombado, ao invés de restaurá-lo. Sua pergunta permanece sem resposta. Diz ele: “*Fica como lição para que não se comece a operar o doente (...) sem antes fazer o diagnóstico correto, ou um diagnóstico profundo*”²⁰. Em nossa opinião, esta triste constatação torna claras as enormes lacunas na gestão da conservação e mostra como são imprescindíveis a manutenção e o monitoramento continuados e periódicos do estado de conservação do patrimônio construído. Porém, é de se ressaltar que este é outro desafio que os órgãos de preservação têm de enfrentar, tendo em vista a contínua redução de seus quadros técnicos. Além disso, há que se investigar as potencialidades não exploradas da circulação e compartilhamento do conhecimento técnico e científico específicos da engenharia voltada o estudo das patologias do concreto armado e do debate sobre a conservação da arquitetura moderna²¹. O caso do Maracanã deixa claro como os campos da engenharia civil estrutural e o da conservação da arquitetura não dialogam, ou dialogam muito pouco (ou dialogam mais na conservação da arquitetura da pedra e cal). Além disso, é notório observar que a avaliação do estado de conservação do estádio, um bem tombado federal, não foi objeto de debate no âmbito da conservação, tendo em vista o tempo das decisões “políticas” ter se superposto ao tempo das decisões técnicas.

¹⁷ Reis Filho, Nestor Goulart Reis, Parecer Ref. Estádio Mário Filho (Maracanã), 12.4.2000 e Ata da 21ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural/IPHAN, 13.4.2000. referente à inscrição do Estádio Mário Filho no livro do tomo.

¹⁸ Iphan, 2011, respectivamente pp. 34 e 38.

¹⁹ Outra dicotomia questionável, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista operacional/gestão.

²⁰ Iphan, 2011, p.33.

²¹ Para o chamamento de uma agenda de debates sobre conservação da arquitetura moderna, vide Lira (2015).

Um duplo movimento, de alargamento do campo da engenharia e do campo da conservação seriam portanto benéficos aos debates e pesquisas para a conservação da arquitetura de maneira que uma visão mais conservativa pudesse nortear os projetos de engenharia que intervêm sobre o patrimônio da arquitetura moderna. Por outro lado, certamente o campo da conservação arquitetônica deveria ser alargado para além foco único sobre a instância da *matéria* e sobre a *integridade física* dos bens culturais (Muñoz-Viñas, 2005). Porém, o caso do Maracanã comprova os efeitos irreversíveis de uma interpretação conveniente dos valores imateriais do patrimônio. Sendo assim, as perspectivas de uma teoria contemporânea da conservação (Op. Cit.) são essenciais, ao nosso ver, para prover de sentido e operacionalidade decisões que afetam *simultaneamente* a conservação física, a conservação da imagem (ou as imagens) e dos sentidos - aspectos "imateriais" - na *significância* cultural de um bem. Porém, adotar tal perspectiva na gestão não substitui o debate técnico e nem a publicização das informações relativas aos ensaios, prospecções e análises que visam caracterizar o estado de conservação de um bem cultural material imóvel. Muito pelo contrário. Com relação à conservação, consideramos então ser esta uma boa definição:

O objetivo da conservação é preservar a significação cultural de um bem(...) A conservação não é neutra relativamente à aspirações, desejos, interesses de indivíduos ou de grupos sociais (...) A atividade de conservação pode ser caracterizada como um conjunto de atos de identificação, análise, julgamento, decisões. Qualquer intervenção em um objeto patrimonial deve ser precedida de uma identificação das suas características e contexto e uma análise de valores (Zanchetti, 2014, p.8, pp.10-11).

Segundo Zanchetti, a Carta de Burra (ICOMOS, 1998) foi a primeira a considerar a *significância* na conservação dos objetos: Neste contexto "a significância é o conjunto de valores, ou significados socialmente atribuídos a um bem" (Zanchetti, 2014, p.8). Esta reflexão nos instiga a refletir, portanto, que há meios se de atuar de forma *integrada*, nos aspectos de caráter ético, técnico, operacional e normativo, relativos a: (a) usos e apropriações dos bens culturais; (b) conhecimentos das patologias e mecanismos de deterioração; (c) princípios da conservação. Estes são aspectos que devem nortear a aplicação da legislação vigente na análise de projetos desta natureza. Na gestão do patrimônio, os aspectos *materiais* e *imateriais* do patrimônio tendem a seguir caminhos paralelos, que não se cruzam. Sendo assim, há que se desenhar critérios de análise para a conservação de bens culturais que operacionalizem *simultaneamente* aspectos materiais e imateriais. Outras perguntas também se colocam: como interpretar os valores culturais atribuídos ao longo do tempo aos bens culturais desde seu tombamento? Quais mediações o órgão de patrimônio não deve deixar de fazer entre todos os atores envolvidos? Quais fóruns de discussão interna e externa às instituições do patrimônio poderiam ajudar a avaliar e discutir coletivamente impactos de decisões desta monta? Vemos, portanto, que o desafio de uma nova forma de gerir o patrimônio não reside em lacunas normativas, mas, sobretudo, de se colocar em prática um novo foco na conservação. Afinal, conservamos as coisas para quem as usa e vivencia. É importante explorar, portanto, as contribuições da *conservação integrada* (Zanchetti et al. 2012)²².

Para então atender à "necessidade conceitual" de "criação de instrumentos para melhor percepção dos testemunhos patrimoniais de épocas mais recentes da história" (Martins, 2013, p.10), é inevitável traçar também traçar propostas operacionais para a gestão da conservação da arquitetura moderna²³. Para que isto se realize, é extremamente necessário, por exemplo, que se estabeleçam nas políticas públicas condições para que as gestões formulem planos de conservação

²² A perspectiva da *conservação integrada* é muito útil aqui (justamente porque leva em conta a gestão).

²³ Estes são todos aspectos importantes pois o "estoque patrimonial" da arquitetura moderna só tende a aumentar (vide tombamentos recentes do conjunto da obra de Niemeyer pelo IPHAN).

que definam rotinas periódicas de inspeção e procedimentos básicos de manutenção e conservação. Nosso percurso argumentativo não nos isenta também de pensar nos aspectos normativos, embora sejam somente uma parte do processo. Desta forma, levando-se em consideração o exemplo da grande extensão dos danos relatados na marquise do Maracanã (vide descrição pormenorizada em Iphan, 2011, p.29), cabe nos perguntarmos sobre quais seriam métodos e os recursos (humanos, financeiros, materiais) para se concretizar a *conservação preventiva*²⁴ de bens desta natureza. É certo que a complexidade dos danos e patologias do concreto em estruturas de grande porte como as do Maracanã, falando de sua marquise, por exemplo, demandariam uma atenção contínua, dialogada e conjunta com profissionais tanto dos setores públicos que detêm, protegem e fiscalizam bens públicos tombados, quanto com pesquisadores especializados em patologias do concreto armado, quanto com profissionais que atuam no mercado.

Como prever e elaborar planos de conservação? Como analisar um projeto de intervenção ou fiscalizar uma obra se conhecimentos voltados às *ciências da conservação* (Torraca, 2009) não puderam ser devidamente compartilhados e aprofundados²⁵? Temos observado que a produção do conhecimento especializado tende a ser garantida e restrita predominantemente pelas empresas terceirizadas na área do patrimônio. Conhecimentos atualizados de conservação, incluindo aí causas e mecanismos de deterioração, técnicas diagnósticas em estruturas em concreto armado, por exemplo, são conhecimentos que deveriam fluir entre academia, laboratórios especializados, instituições de gestão e de proteção do patrimônio e, também, sociedade civil.

Tendo em vista o que foi exposto aqui, poderíamos levantar a hipótese de que se as estruturas do Maracanã tivessem sido monitoradas de forma contínua, sistemática e orientada à conservação e manutenção periódicas, os reparos poderiam ter sido feitos em tempo hábil e a extensão da corrosão no concreto armado não teria tomado tão grandes proporções. Esta suposição se baseia no relato do especialista da Universidade Federal de Goiás, Professor e Engenheiro Pazini, por ocasião da citada reunião com os Conselheiros do Patrimônio Cultural (Iphan, 2011, pp.28-29). Porém, segundo Comas (2011, p.42), a demolição sempre fez parte das intenções projetuais de modernização do estádio. Entretanto, há que se considerar que, se a perspectiva fosse a da conservação provavelmente a interpretação da extensão dos danos na marquise pelos consultores técnicos fosse outra e não alimentaria a ideia de que estes implicariam em altos custos²⁶ de reforço estrutural. Sendo assim, a legitimação da ideia da demolição e do descarte da possibilidade de reconstrução (uma possibilidade na conservação do patrimônio) da marquise, um dos elementos arquitetônicos reconhecidos como dos mais significativos do estádio, se sustentariam muito mais dificilmente.

COPPETEC- UFRJ/ Fundação Coordenação de Projetos e Estudos Tecnológicos	Análise do Relatório do Prof. Enio Pazini	Conclui-se que a reparação seria de alto custo, e a durabilidade não compensaria o investimento, considerando a relação custo/benefício, a melhor solução seria demolir
Centro de Seguridad e	Análise do Relatório do Prof. Enio Pazini e	Na avaliação da Eng. Maria del Carmen

²⁴ Para Muñoz-Viñas (2005), *toda conservação é preventiva*. Para definição de conservação preventiva, vide ICOM-CC (2008).

²⁵ A todos os agentes públicos deveria sempre ser possibilitada e reconhecida a capacitação e autonomia técnicas mínimas para analisar e endossar, quando for o caso, as propostas de intervenção que lhes são submetidas. Se estas não forem adequadas à conservação de um bem cultural, os técnicos deveriam ter também sempre autonomia para estabelecer novas diretrizes projetuais e dialogar outras soluções técnicas viáveis e adequadas à conservação.

²⁶ Uma análise de gastos e histórico de obras no Maracanã consta também do trabalho de Martins (2013) e Rodrigues (2014).

Durabilidad Estructural y de Materiales – CISDEM/ Consejo Superior de Investigaciones Científicas – CSIC e Universidade Politécnica de Madrid – UPM (Eng. Maria del Carmen Andrade)	proposta de alternativas	Andrade, seria possível o reforço estrutural com durabilidade de até 10 anos e mesmo de até 20 anos; para uma durabilidade superior a 20 anos, haveria duas opções: reconstruir a marquise como é, ou demolir e colocar a tenso-estrutura de lona.
Empresa EGT Engenharia	Análise do Relatório do Prof. Enio Pazini e do laudo da COPPETEC	Apresenta propostas executivas para duas opções: a recuperação da marquise e colocação de toldo sobre ela, ou a demolição da marquise para colocação somente do toldo.

Quadro 1 – Resumo dos laudos que analisam as possibilidades de reparação da marquise do estádio do Maracanã. Fonte: Girão, 2012.

O quadro 1 resumiu as conclusões de três estudos encomendados pelo Governo do Estado do RJ. Enquanto o relatório da COPPETEC/UFRJ recomendava a demolição da marquise, por ter melhor “custo-benefício”. Esta relação aparente pragmática não costuma nortear as decisões no campo da conservação. Já o trabalho do CISDEM considerou três possibilidades: a conservação com reparação dos danos (duração de até 20 anos), a demolição e a reconstrução da marquise. As opções técnicas de intervenção estavam dadas, porém, as escolhas adotadas é que tiveram um caráter não conservativo. Conclui-se, portanto, que a conservação da forma arquitetônica e da espacialidade do estádio Maracanã teria sido possível, mesmo que se necessitasse reconstruir a marquise segundo o projeto original (Girão, 2012). Mesmo que não fosse possível manter a *autenticidade material* do estádio, tendo em vista a extensão dos danos, que se mantivesse sua *imagem e espacialidade* num projeto dialogado de conservação.

REPRESENTAÇÕES EM CONFLITO: CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIAS SOCIAIS E DO PLANEJAMENTO PARA A GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO

Repensar estratégias de conservação vigentes desde o século XX significa reconhecer que no campo da conservação as representações do que é patrimônio, e como deve ser conservado, estão em conflito permanente. Não é raro que as percepções e representações que os grupos dominantes têm dos *espaços sociais* tendem a perpetuar a desigualdade na cidade (Novais, 2014). Nas áreas atingidas por grandes projetos, quando os *espaços sociais* não são tacitamente ignorados e deliberadamente “varridos” em processos de expulsão e de gentrificação, estes tendem a ser substituídos por imagens plastificadas, materializadas em perspectivas tridimensionais de “espaços públicos” idealizados. Esta reflexão poderia ser transposta para a análise das chamadas revitalizações do patrimônio²⁷. Lamentavelmente, o Maracanã ficou “vazio” e sua “reforma” foi concebida sem diálogo algum com a *preexistência* arquitetônica e social: a escolha foi tratar de adaptá-lo aos padrões internacionais da FIFA, fazendo com que sua modernização o fizesse se parecer com todos os demais estádios que sediaram Copas do Mundo.

Embora os instrumentos urbanísticos e de gestão contemporânea apresentem diferenças significativas se comparados aos instrumentos modernos, há que se enfatizar a continuidade (e o acirramento), hoje, do caráter impositivo de um modelo *top-down* de planejamento urbano que tem se mostrado presente, por tabela, no campo da gestão do patrimônio²⁸. Segundo Holston,

²⁷ Como se este já não estivesse mais “vivo”. Vide Scifoni (2015).

²⁸ Quando não de forma patrimonialista. Vide o caso recente do edifício “La Vue” envolvendo alta cúpula do governo interino. Vide Medeiros (Op. Cit.)

a questão crucial a considerarmos (...) é como incluir o presente etnográfico no planejamento, ou seja, as possibilidades de mudança encontradas nas condições sociais existentes (Holston, 1998, p. 249).

Por analogia, poderíamos nos perguntar como incluir este “presente etnográfico” na gestão do patrimônio, sobretudo quando se trata de reconhecer as distintas apropriações sociais do dito “patrimônio material”.

A representação oficial de espaços sociais que forem portadores de um caráter cultural distintivo e circunstancialmente interessante para a legitimação de grandes projetos, contribui ainda mais para que passem a ser incorporados pelo capital e transformados em mercadoria. Este tem sido o campo de pesquisa de autores que partem de Harvey (1992) para analisar as transformações e a instrumentalização da cultura, notadamente na conformação do campo do patrimônio cultural (Kara-José, 2007). Observa-se que o modo dominante de se pensar espaço urbano e arquitetura, notadamente no interior do “capitalismo corporativo de estado” (Bienenstein *et al*, 2015, p. 14), já está intimamente “emaranhado” aos modos de reprodução do capital, como se verifica no caso da produção da arquitetura contemporânea (Arantes, 2010) e do “planejamento urbano estratégico”, associado fundamentalmente a um *planejamento de consensos* que elimina dissensos e conflitos (Bienenstein *et al*, 2015, p. 10). É neste contexto que tenderia a se situar o pensamento hegemônico acerca dos usos “adequados” ou “corretos” do patrimônio material, não permitindo, na maioria das vezes, uma escuta atenta de vozes dissonantes, e muito menos inclusão destas vozes nos processos decisórios.

As expectativas de que novos modos de pensar, agir e transformar o campo da conservação do patrimônio possam se fazer valer, estão justamente no reconhecimento das potencialidades dos conflitos, e não na sua pacificação através do consenso, como está explicitado por vários autores, dentre eles Miraftab (2004, 2009) e Vainer *et al* (2013). Os conflitos se colocam hoje, portanto, como brechas essenciais através das quais os efeitos perversos, e bem concretos, da reprodução do capital na cidade, e no patrimônio, têm podido ser ativamente questionados e combatidos. Portanto, podemos considerar que os distintos modos de conceber e de imaginar cidades e patrimônios, e, por conseguinte, o modo de se apropriar deles (incluindo aí a ação de conservação), estão no âmago dos conflitos e têm produtos bem concretos: remoções, permanências, demolições, ressignificações.

Neste sentido, a partir de uma perspectiva crítica aguçada sobre *participação*, Miraftab (2004) questiona as dicotomias, permite-se ir além da recorrente leitura binária e faz com que sejam percebidas as interações entre os espaços “convidados” (legitimados, oficiais) e os espaços inventados de participação (conquistados, insurgentes). Segundo Novais (2014), que também discute dicotomias do urbanismo, como “morro/asfalto”, “formal/informal”, “favela/cidade”, “favela/bairro”, estas acabam por “constituir um quadro de referência para a percepção, o pensamento e a ação” que marcam as representações de cidade e seu uso político para facilitação das propostas tecnocráticas de intervenção urbana no Rio de Janeiro. O que dizer então das dicotomias no/do patrimônio? De alguma forma, o caso do Maracanã nos ajuda a compreender porque tem sido tão difícil superar a dicotomia deterioração/renovação-descharacterização.

Miraftab (2004, 2009) defende que a *esfera pública* pode conseguir de fato se expandir e fazer surgir um novo modo de se fazer planejamento. Do mesmo modo, cabe perguntar: como a esfera pública do patrimônio tem se expandido? Para que isso possa ser reconhecido, que dicotomias a gestão deveria enfrentar? Estas são questões interessantes para pesquisas que envolvam uma avaliação crítica das formas de participação na gestão do patrimônio. No entanto, nos interessa refletir sobre instrumentos que poderiam integrar a gestão da conservação e superar de alguma

forma a dicotomia saber técnico/ saber especializado; saber popular/ senso comum. De forma que se possa pensar sobre mediações a serem empreendidas pela gestão da conservação neste sentido. Trata-se de reconhecer numa rede de atores o que estes poderiam fazer para que decisões de grande impacto, a exemplo do caso do Maracanã, fossem ampla e previamente discutidas?

Livrar-se das dicotomias tal como propõem MirafTAB (2004), Novais (2014) e Munõz-Vinãs (2005), se justifica plenamente se concordamos que o *urbano* é que deveria ser visto como *obra* de cidadãos ao invés de *imposição* como sistema a esses cidadãos (Delgado, 2015). No campo do patrimônio, Wells (2015) critica a ortodoxia das teorias da conservação, sugerindo que estas superem a centralidade da *matéria*. Este novo olhar pode ajudar a pensar sobre como decidir de forma participativa e menos autoritária o destino de muitos patrimônios culturais:

sem pessoas não há razão para conservar; os valores e percepções da maioria das partes envolvidas precisa se tornar central para a prática de conservação tanto como a preservação da estrutura física (Wells, 2015, tradução livre nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conservação, campo multidisciplinar por excelência, deveria ser reforçada e revalorizada. Não deve ser planejada somente por um ator, mas por um conjunto deles, e orientados a um fim comum previa e amplamente discutido. As decisões sobre como escolher, valorar, usar, conservar, restaurar ou ignorar, descaracterizar, demolir os patrimônios não são somente ou eminentemente “técnicas”. As decisões no campo do patrimônio deveriam ser apoiadas, também, por contribuições oriundas das ciências sociais, que dão conta dos diversos discursos, sentidos e representações de patrimônio, para além daqueles colocados pelos especialistas ou gestores. Entretanto, o cerne do debate sobre o Maracanã não está somente ou exatamente na oposição especialistas /não especialistas (Canclini, 1994), mas na excepcionalidade das decisões no patrimônio em favor das reestruturações para grandes eventos. É digno de nota perceber a forma como discursos técnicos especializados e as ordens de justificação em favor de grandes reestruturações se entrelaçaram neste caso.

Outras inevitáveis questões, mais específicas, dizem respeito a um planejamento de longo prazo para a conservação preventiva da arquitetura moderna. Isto significa condições adequadas no que tange aos recursos humanos e materiais para realizar tal tarefa. Capacitações, fóruns técnicos e cursos de conservação, com intercâmbio de conhecimentos do campo das ciências da conservação, incluindo técnicas diagnósticas e de conservação, deveriam integrar uma agenda interinstitucional permanente. Deveriam ser evitadas ao máximo a retenção e compartimentação de informações, bem como a terceirização da produção dos saberes técnicos e científicos. Importante ressaltar o papel da *gestão da informação* no campo do patrimônio, em especial com o objetivo de *compartilhar decisões*²⁹.

Resta também, no campo das estratégias de conservação promovidas pelo poder público, incorporar a dimensão do *conflito*, de modo que todas as vozes sejam escutadas. Além de ser estimulada a ampla divulgação da produção de conhecimentos no campo da conservação arquitetônica, deve-se buscar criar mecanismos de participação nos processos decisórios. Acreditamos que a produção técnica e científica da conservação deve ser difundida e traduzida

²⁹ *Sharing conservation decisions* já foi curso promovido pelo ICCROM. Vide também Letellier (2007).

para um público amplo cada vez mais interessado na conservação de seu patrimônio. É a partir daí que se pode estimular um processo de “recuperação da cidade” a partir de experiências coletivas que sejam antagônicas ao modelo dominante de apropriação espacial e patrimonial pela via única do consumo, lazer, ócio, turismo, etc. (Aricó, Mansilla, Stanchieri, 2015). Nesta perspectiva, ainda há muito sobre o que refletir. Precisa o patrimônio cultural continuar a ser interpretado como alavanca e chamariz de mercantilização urbana? Precisa ele ser definido, para o bem (tombamentos, registros, inventários, etc.) ou para o mal (abandonos, descaracterizações, demolições) somente a partir de uma ótica governamental, gerencial e/ou especializada?³⁰ Que diluições, traduções discursivas e aproximações poderiam ser feitas em direção ao que podemos chamar de uma *conservação social do patrimônio*? Trata-se de imaginar um outra forma de gestão da conservação, a exemplo da figura do *arquitecto rebelde* de Harvey (2006).

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital financeira – Desenho, canteiro e renda da forma**. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU-USP, 2010.
- ARICÓ, Giuseppe; MANSILLA, José; STANCHIERI, Marco. (Org). **Mierda de Ciudad. Una rearticulación crítica del urbanismo neoliberal desde las ciencias sociales**. Barcelona: Pollen Edicions, 2015.
- BIENENSTEIN, Regina et al. A Cidade nos Negócios e os Negócios na Cidade: notas sobre as operações urbanas na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: XVI ENANPUR ESPAÇO, PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS. Belo Horizonte, 18 a 22 de maio de 2015. **Anais do XVI ENANPUR**. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.
- BIENENSTEIN, Glauco et al. APROPRIAÇÃO PRIVADA VERSUS RESISTÊNCIA POPULAR: DISPUTAS EM TORNO DA REFORMA DO MARACANÃ. In: XVI ENANPUR ESPAÇO, PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS. Belo Horizonte, 18 a 22 de maio de 2015. **Anais do XVI ENANPUR**. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.
- BRASIL. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Decreto-Lei Nº 25/1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1937.
- BRASIL. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno**. Brasília: IPHAN, 2010.
- CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, N. 23, 1994.
- CARSALADE, Flavio de Lemos. A crítica do restauro. In: **A pedra e o tempo - Arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

³⁰ Vários edifícios deixam de ser tombados e/ou reconhecidos como patrimônio cultural porque não seriam “representativos” para o saber especializado, o que também explicita Scifoni (2015) através da *natureza desigual do patrimônio*.

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- CHOMSKY, Noam. Democracia e mercados na nova ordem mundial In Gentili, Pablo (org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. Niemeyer e o Maracanã 1936-2011. **Revista ARQTEXTO17**. Porto Alegre: PROPARG-UFRRGS, 2011.
- DELGADO, Manuel. Prólogo. Introducción In ARICÓ, Giuseppe; MANSILLA, José; STANCHIERI, Marco. (Org). **Mierda de Ciudad. Una rearticulación crítica del urbanismo neoliberal desde las ciencias sociales**. Barcelona: Pollen Edicions, 2015.
- DOGLIONI, Francesco. **Nel Restauro. Progetti per le architettura del passato**. Venezia: IUAV, Marsilio, 2008.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª Ed. Rev. Amp. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc-IPHAN, 2005, 296p.
- GALLOIS, C.J.S. A importância do diagnóstico nos projetos conservação e restauro arquitetônico. Proposta de normatização para mapeamento de danos em materiais pétreos naturais e artificiais. In **VI Oficina de Pesquisa do IPHAN: patrimônio e legislação**. Rio de Janeiro: COPEDOC/IPHAN, 2014.
- GIRÃO, Claudia. Maracanã: destruir ou preservar. **Vitruvius**, Projetos, São Paulo: Ano 12, n. 133.08, 2012.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: ed. Loyola, 2006 (2ª ed.).
- HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, Nº 24, 1996.
- IBÁÑEZ DE GARAYO, S. G. Las sombras de la catedral. Turistificación, musealización y expulsión en el Casco Viejo de Vitoria-Gasteiz. In: ARICÓ, Giuseppe; MANSILLA, José; STANCHIERI, Marco. (Org). **Mierda de Ciudad. Una rearticulación crítica del urbanismo neoliberal desde las ciencias sociales**. Barcelona, Pollen Edicions, 2015.
- ICOM-CC - International Council of Museums/Committee for Conservation. **Terminología para definir la conservación del patrimonio cultural tangible**. Traducción al español de la resolución adoptada por los miembros de ICOMCC durante la 15ª Conferencia Trienal. New Delhi, 22-26 de septiembre de 2008.
- ICOMOS - International Council on Monuments and Sites. **Carta de Burra**, 1999.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ata da 68ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN, 2011.
- KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2007.

- LIRA, Flaviana. Por uma agenda de discussões sobre a conservação da arquitetura moderna. In ZANCHETTI, Silvio Mendes et al. **A Conservação do Patrimônio no Brasil: teoria e prática**. Olinda: CECL, 2015, pp. 26-37.
- LETELLIER, Robin. **Recording, Documentation, and Information Management for the Conservation of Heritage Places**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2007.
- LINS, Liane Cirne. Escândalo Geddel: Cais Estelita também corre perigo. **Ninja**. 20/11/2016.
- MARTINS, Maria Clara Amado. “O caso Maracanã: a arquitetura moderna e as teorias de restauro”. **III Congreso Iberoamericano y XI Jornada "Técnicas de Restauración y Conservación del Patrimonio**, La Plata: COIBRECOPA, 2013.
- MEDEIROS, Jotabê. Um oásis republicano. O empobrecido Iphan resiste ao avanço da plutocracia. Setor Público. **Carta Capital**. 30/11/2016, pp. 28-30.
- MIRAFATAB, Faranak. Invited and invented spaces of participation: Neoliberal citizenship and feminists’ expanded notion of politics. **Wagadu**, v. 1, n. Spring, p. 1-7, 2004.
- MIRAFATAB, Faranak. Insurgent planning: Situating radical planning in the global south. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009.
- MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Contemporary Theory of Preservation**. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.
- NOVAIS, Pedro. Urbanismo na Cidade Desigual. O Rio de Janeiro e os megaeventos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, RBEUR/ANPUR, Vol. 16.1, 2014.
- OLIVEIRA, Fabrício, SÁNCHEZ, Fernanda, BIENENSTEIN, Glauco et al. “A Reforma do estádio do Maracanã para a realização da Copa do Mundo 2014: impactos sociais e urbanos” In NOBRE, Eduardo e BASSANI, Jorge. **Intervenções urbanas em áreas em transformação de cidades da América Latina**. São Paulo, FAU-USP, 2015.
- PEÑA CASTRO, Ramon. Verbete Globalização. **Dicionário da Educação Profissional Em Saúde**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Fundação Oswaldo Cruz. Ministério da Saúde. s/d.
- RODRIGUES, Silvio Cesar Alves. Construções e desconstruções do Maracanã – reverberando e silenciando seus ecos. In **Anais da II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, PPGAU/UFF, 2014.
- SÁNCHEZ, Fernanda. “A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política”. **Revista de Sociologia e Política**, Nº 16, 31-49, jun. 2001.
- SCIFONI, Simone. Cultura e problemática urbana. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 129-142.
- STAVRIDES, Stavros. “Olimpíadas de Atenas 2004: Um Estado de Exceção Urbano que se Transformou em Regra”. **International Conference Mega-events and the City**. Rio de Janeiro: ETTERN IPPUR UFRJ e GPDU PPGAU UFF, 2014.

- TORRACA, Giorgio. **Lectures on Materials Science for Architectural Conservation**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2009.
- VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabrício L.; LOBINO, Camilla; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. "O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual". **Anais do XV ENANPUR**. Recife: ANPUR, 2013.
- WELLS, Jeremy. "Balancing Conservation Practice". *Conserving the human environment: balancing practice between meanings and fabric*. **Heritage Studies**, 2015. Disponível em <<http://heritagestudies.org/index.php/balancing/>> Acesso em 06/11/2015.
- ZANCHETTI, Silvio Mendes; LAPA, Tomás. *Conservação Integrada: Evolução Conceitual*. In LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Silvio Mendes. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: CECI, 2012.
- ZANCHETTI, Silvio Mendes. **A teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna. Texto para discussão V.58-Gestão de Restauo**. Olinda: CECI - Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2014.